

DURKHEIM POR PARADIGMAS E MODELOS

*Cláudio Eduardo Rodrigues**

ABSTRACT

With a strict philosophical view, this article aims at examining the relation between Philosophy and the Social Science of Durkheim. It is our hypothesis that his Science has straight relation to Philosophy, which brings elements that constitutes it. In order to show such a constitution, we have confronted Durkheim's epistemology with ideas carried out by Bacon, Descartes and, especially, Kant's Criticism. This procedure has indicated the paradigms and models possible to be identified in Durkheim's Social Science.

Key words: Philosophy, Paradigms, Models, Social Sciences, Durkheim.

RESUMO

Com um olhar estritamente filosófico, o objetivo deste trabalho consiste na análise da relação existente entre a Filosofia e a Ciência Social de Durkheim, verificando a possibilidade de esta ser tributária da primeira no que tange aos seus elementos constitutivos e aos seus sustentáculos. Para tanto, estabelecemos o confronto entre a epistemologia do cientista social francês com as teses de Bacon, Descartes e principalmente com o criticismo kantiano, apontando possíveis paradigmas e modelos na teoria social de Durkheim.

Palavras-chaves: Filosofia, Paradigma, Modelos, Ciências Sociais, Durkheim.

* Professor Contratado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Introdução

O que a Filosofia teria a dizer sobre as Ciências Humanas que possuem epistemologia própria? Muito se discute sobre o caráter ilimitado da Filosofia que adentra em diversas áreas do saber, verificando e apresentando suas possibilidades, pretensões de proximidade com a verdade. Embora não pretendamos delimitá-lo, é possível afirmar que lhe caberia o julgamento dos saberes apontando traços de verdade ou de erro, de certeza ou dúvida. Em outras palavras, caberia à Filosofia o pleno e irrestrito exercício do raciocínio crítico de forma racional, fundamentado e lógico, seja sobre a religião, a política, a moral, a economia e até sobre si mesma.

Como a Ave de Minerva, o pensamento filosófico circunda e envolve o próprio pensar de maneira universal, não recaindo na exclusividade de um objeto específico, como tanto querem as ciências particulares. A Filosofia, como bem pensara Aristóteles, é a Ciência dos universais, que lida com o Ser em sua totalidade e nas suas várias dimensões, diferenciando-se imediatamente das demais.

Motivados por tais idéias e questionamentos, procuramos analisar a epistemologia de Durkheim a partir da sua confrontação com as teses de Francis Bacon, Descartes e Kant, objetivando, de modo geral, entender a relação entre a Filosofia e o pensamento cientificista natural e social. Nossa atenção objetiva, especialmente, verificar como as *Regras do Método Sociológico* são aplicadas e administradas no *Suicídio* e nas *Formas Elementares da Vida Religiosa*¹, possibilitando-nos evidenciar a adoção de certo paradigma do corpo e modelos sociais pela Sociologia de Durkheim, apontando suas constituições e sustentáculos.

Especificamente, na primeira parte do trabalho demonstramos a importância das ciências naturais, enquanto paradigma, para a análise kantiana dos objetos metafísicos, em vista da atribuição de objetividade experimental para os mesmos.

¹ Daqui por diante, para melhor e fácil identificação dos textos e idéias de Émile Durkheim, utilizaremos a seguinte abreviação: RMS - *Regras do Método Sociológico*; SUIC - *O Suicídio*; FEVR - *Formas Elementares da Vida Religiosa*, publicados na 2ª edição da Coleção Os Pensadores pela Abril Cultural, 1978.

Na segunda parte, valendo-nos das RMS, apresentamos brevemente os passos dados por Durkheim no sentido de fornecer às Ciências Sociais objetividade científica.

Em seguida, procuramos reconhecer em SUIC o paradigma do corpo esboçado por Durkheim, bem como o papel da Sociologia dentro da perspectiva organicista.

No quarto passo aponta-se como Durkheim sugere que – em FEVR – as mais simples expressões religiosas constituem o modelo para o ser social e o elemento primordial para a explicação da evolução da sociedade.

1. Das Ciências da Natureza à Metafísica: tentativas de objetivação empírica

A natureza humana nos é apresentada desde a antiguidade como desprovida de conhecimento, pois há um abismo intransponível entre o homem e o saber; o homem e a verdade. Situação que o coloca na perspectiva de um investigador que deve encontrar o saber e adquiri-lo, não de qualquer maneira, mas metodicamente, segundo passos seguros que possam dar ao saber alcançado uma garantia de valor, de verdade inquestionável. Muitos e notórios foram os esforços nesse sentido em várias épocas e com diversificados métodos.

Contudo, o advento da Modernidade e seu espírito de investigação fizeram com que o empirismo vulgar e sua sistematização como método, realizada por Francis Bacon (1561-1626), desse à ciência outro caráter que não o meramente contemplativo e subjetivo que tinha até então. Despertou-se nos pesquisadores a necessidade de se enveredar nos caminhos da objetividade e da experimentação. Estabeleceu-se para isso três princípios básicos, a saber: A) considerar a natureza como fonte de dados que devem ser captados pela rigorosa observação empírica; B) que a observação metódica da natureza é contingente, ou seja, relaciona-se com objetos particulares que se apresentam regularmente, exigindo sua universalização e a formulação de leis gerais de seu mecanismo; C) que as leis universais, uma vez encontradas, devem ser corroboradas pela experimentação empírica.

Tal perspectiva, levada a cabo na modernidade, proporcionou, na visão de muitos, um avanço considerável das chamadas ciências naturais –dentre elas a Física – e, de certo modo, a crença no desfalecimento do exercício da atividade intelectual, uma vez que, toda tendência de pensamento, alheia ao arcabouço empírico, era considerada como metafísica. Em outros termos, abstrações meditabundas sem referencial com a realidade. Portanto, constata-se que as demonstrações metafísicas seriam invalidadas em função da aquisição de um conhecimento seguro e sólido que a indução promoveria.

Outro fator considerável na constituição das chamadas Ciências da Natureza relaciona-se com sua particularização. Compreendeu-se que a natureza em sua totalidade era inacessível à mente humana e aos instrumentos científicos, devendo, por conseguinte, ser investigada minuciosamente em aspectos restritos. Ressaltou-se a importância de se delimitar o objeto de pesquisa para que os resultados teóricos fossem satisfatórios, concretos e mais próximos possíveis da realidade, de maneira que qualquer pessoa pudesse, pelos mesmos caminhos, alcançá-los em qualquer parte da Terra.

Nesse mesmo itinerário trilharia o pensador alemão Immanuel Kant (1724-1804), ao examinar cuidadosamente a possibilidade de os saberes chamados Metafísicos tornarem-se ciência objetiva. Procederam-se pesquisas sobre as condições de os objetos metafísicos, a exemplo da moral, sociedade, Estado, Deus, desprovidos de *corpus* empíricos, adquirirem aquela objetividade requerida pela ciências naturais então constituídas. Vejamos o que nos diz Kant na *Crítica da Razão Pura*:

A ciência da natureza procedeu muito mais lentamente até encontrar o largo caminho da ciência, pois faz apenas um século e meio que a proposta do engenhoso Bacon de Verulamio em parte ensejou esta descoberta e em parte a ativou, uma vez que já se andava em seu encalço, e que igualmente só pode ser explicada por uma revolução da natureza de pensar que a precedeu subitamente. Não pretendo considerar aqui senão a

Ciência da Natureza, na medida em que está fundada sobre princípios empíricos.

A Metafísica, um conhecimento da razão inteiramente isolado e especulativo que através de simples conceitos (não como a Matemática, aplicando os mesmos à intuição), se eleva completamente acima do ensinamento da experiência, na qual portanto a razão deve ser aluna de si mesma, não teve até agora um destino tão favorável que lhe permitisse encetar o caminho seguro de uma ciência, não obstante ser mais antiga do que as demais e de que sobreviveria mesmo que as demais fossem tragadas pelo abismo de uma barbárie que a tudo exterminasse... Não há, pois, dúvida alguma que seu procedimento até agora foi um simples tatear e, o que é pior, entre meros conceitos. A que se deve o fato de não se ter podido aqui encontrar ainda o caminho seguro da ciência? É porventura impossível? (1991: XII; XIV-XV)

Para Kant, a Metafísica, por ser mais antiga que as Ciências da Natureza, não conseguiu seguir os caminhos da mais jovem ciência. Constatação que o conduz a questionar as razões dessa estagnação e verificar concretamente a possibilidade de aquele saber sair do referido estágio e progredir como as outras ciências. Notoriamente, a análise realizada por Kant pretendia apontar que a Metafísica e seus objetos conceituais deveriam espelhar-se nas Ciências Naturais. Este seria o paradigma, o modelo exemplar para a redação de sua crítica. Esclarecendo: as Ciências Naturais serviriam a Kant como parâmetro de verificação das possibilidades de a Metafísica constituir-se em ciência objetiva, segura e fundamentada na empiria.

As conclusões de Kant não podiam ser outras senão a constatação de que os conceitos da pura razão não são objetivos, pois, eles são produtos das relações da razão consigo mesma, isto é, sem referencial algum com objetos concretos. Compreendeu-se que a Metafísica e seus objetos de investigação jamais poderiam constituir-se em ciência particular e segura, pois ela está fadada a lidar com abstrações, nomes sem substancialidade e sem realidade empírica.

2. Durkheim e as regras para constituição da ciência social objetiva

Estabelecidos esses preâmbulos históricos e conceituais, podemos trazer à tona as regras propostas por Durkheim (1858-1917) concernentes à fundação de uma ciência social objetiva nos moldes das Ciências da Natureza.

A objetividade e a segurança que as Ciências da Natureza trouxeram para o conhecimento é irrefutável, quais sejam os meios e os métodos pelas quais isso foi conquistado. Matemática e Física tornaram-se, com os progressos adquiridos na modernidade, semelhantes a grandes astros luminosos que iluminaram o caminho para a constituição de tantas outras ciências particulares, a exemplo da Biologia, Psico-Física, e até mesmo a Sociologia de Durkheim.

Crete na possibilidade de constituir uma Ciência Social valendo-se dos procedimentos das Ciências Naturais, Durkheim primeiramente atribuiu aos fatos sociais um caráter objetivo, sustentando que eles existem exterior, universal e independentemente da vontade dos indivíduos que já nascem e vivem em seu meio. Esta estabilidade e esta independência conferem à sociedade a capacidade de auto-geração, submetendo os indivíduos a seu poder coercitivo. Com essa visão, ele delimita seu objeto de estudo sociológico, concebendo-o como causa de outros fatos sociais, ao assegurar-nos:

(...) É um fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior"; ou ainda, "que é em geral no conjunto de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais (...). (RMS, 1978: 93-94)

A Sociologia adquire, com a circunscrição de seu objeto de estudo, a índole de ciência particular que explora detalhadamente as operações e mecanismos regulares da vida social, sem ser afetada por fatores externos ou psicológicos que venham afetar as análises. Nada mais lhe resta senão observar, descrever, interpretar e compreender o funcionamento dos fatos sociais, apontando suas causas e efeitos, suas características de normalidade ou regularidade e suas patologias.

O fato social é encarado como coisa objetiva, dotada de mecanismos independentes da subjetividade e da vontade dos homens e que proporcionam o seguimento do exemplo e das inovações deixadas por Bacon no estabelecimento do método de pesquisa das Ciências Naturais. Postulação esta, que favorece a Durkheim o estabelecimento do seguinte: "a primeira regra e a mais fundamental é a de *considerar os fatos sociais como coisas*" (RMS, 1978: 94), os quais tornam-se, por conseguinte, semelhantes a qualquer outro objeto da natureza e devem ser tomados de forma indutiva, ou seja, partindo exclusivamente daquilo que eles próprios oferecem a um atento observador, sem que haja qualquer interferência das suas idéias *a priori*. Regra que visa uma maior objetividade nos conceitos, já que estes devem advir e se adequarem aos referenciais empíricos que a realidade oferece.

De posse desses dados, seguindo as Regras de Durkheim, o próximo passo é realizar o agrupamento dos elementos comuns ou regulares dos fatos sociais captados, fazendo com que sirvam de referencial para análise de outros fatos correspondentes. Cabe ao espírito humano, nessa fase da pesquisa social, encontrar os traços comuns e as diferenças que lhes são intrínsecas, pois "esta classificação dos fatos não depende efetivamente dele [sociólogo], dos aspectos particulares do seu espírito, mas da natureza das coisas" (RMS, 1978: 104). Somente após a mesma é possível verificar profundamente quais são os seus elementos estáveis, ou seja, as características que perduraram ao longo da evolução daquele fenômeno (Cf. RMS, 1978: 107).

Para Durkheim, constatados os traços comuns, as diferenças e os elementos mais elementares dos fatos sociais, chega-se à distinção de dois tipos de fatos: "aqueles que são o que devem ser e aqueles que deveriam ser diferentes daquilo que são; os fenômenos normais e os fenômenos patológicos" (RMS: 110). Pelos primeiros, ele entende aqueles que possuem uma forma geral, isto é, são os fenômenos regulares, constantes, encontrados pelo menos na maioria dos fatos sociais. Já os fenômenos patológicos são aqueles cuja presença não é predominante neles, aparecendo aleatoriamente ou numa minoria de casos. Desta análise rigorosa dos dados sociais proposta por Durkheim indicar-se-iam os traços regulares e marcantes de uma sociedade e

quais não são. A classificação desses, possibilita a elaboração de leis gerais acerca do funcionamento da sociedade (Cf. RMS, 1978: 127). No entanto, isso só é possível na medida em que são explicadas as causas da normalidade na vida social, o que ainda requer uma análise circunstancial histórica, geográfica, etc., dos fenômenos sociais. Deve-se buscar a compreensão não só do que é, mas também do por que da normalidade ou da patologia nos fatos sociais para a fixação de uma lei geral que determine todos os casos particulares. Vejamos o que nos diz Durkheim: “as proposições científicas relativas ao estado normal serão mais imediatamente aplicáveis aos casos particulares se forem acompanhadas das razões que as justificam; porque então será mais fácil reconhecer os casos em que convém modificá-las para as aplicar e qual o sentido da modificação” (RMS, 1978: 116).

Outro passo importante é a classificação dos fatos sociais pela qual é fixada a seguinte regra:

começar-se-á por classificar as sociedades segundo o grau de composição que apresentam, tomando como base a sociedade perfeitamente simples ou de segmento único; no interior destas classes proceder-se-á à distinção das diferentes variedades conforme se produz ou não uma coalescência completa dos segmentos sociais. (RMS, 1978: 130)

A observação dos fatos deve ser conduzida pelo estudioso de maneira que os dados captados possam ser classificados e dela se possa retirar o mais simples, elementar. Ora, essa perspectiva durkheimiana – aos nossos olhos –, assemelha-se à proposta cartesiana de análise que divide um objeto de estudo em quantas partes forem possíveis para que se conheça o mínimo, básico e em seguida ir constituindo, em cadeia, a totalidade pelas partes (Cf. FEVR, 1978: 207). O conhecimento sociológico deveria investigar as formas mais elementares dos fatos sociais verificando sua evolução e suas formas de composição. Pelas partes elementares poder-se-ia chegar a uma perfeita compreensão do conjunto das sociedades mais complexas, valendo-se do princípio de que “em muitos casos, uma só observação bem feita será bastante, assim como basta, muitas vezes, uma única

experiência bem conduzida para se chegar à formulação de uma lei” (RMS, 1978: 127).

Restam, segundo Durkheim, duas regras essenciais: a primeira refere-se à explicação dos fatos sociais e a segunda ao estabelecimento das provas.

No que tange à explicação dos fatos, cabe ressaltar que são desprezadas quaisquer influências das finalidades de um fato social. Faz-se, por conseguinte, uma nítida distinção entre finalidade e causalidade. As regras indicam que explicar é apresentar causas e apresentá-las por meio da investigação minuciosa que os passos traçados até aqui conduzem.

Pelo nexos causal e pelas formas elementares da vida religiosa, favorece-se o exame das razões da existência de sociedades complexas, constatando como estas se formaram, como as sociedades simples exerceram seu poder coercitivo influenciando os organismos sociais da atualidade e como se mantiveram presentes certas propriedades essenciais da sociedade simples no seio de tantas sociedades até aquele momento.

Para Durkheim, as causas dos fatos sociais inserem-se neles próprios e estão inerentemente relacionadas ao seu funcionamento enquanto coisa (Cf. RMS, 1978: 139).

Sobre o estabelecimento das provas, as regras durkheimianas vão considerar e ponderar a impossibilidade de se realizar experimentos com os fatos sociais, já que não são manipuláveis como os objetos das Ciências da Natureza. Em função dessa dificuldade, as provas das teorias só são possíveis graças a experimentos indiretos e pela fixação de comparações sintéticas que levem o estudioso a efetivar uma aproximação dos estágios da humanidade, percebendo sua evolução e crescimento contínuo, sob a mesma intuição e prisma de que tais efeitos advêm da referida causa. Explicita-nos Durkheim:

Este método, a que se poderia chamar genético, daria imediatamente a análise e a síntese do fenômeno, pois mostrar-nos-ia os elementos que o compõem dissociados, pelo simples fato de nos surgirem cronologicamente e, graças a este vasto campo de comparação, estaria em boa situação para determinar

as condições de que depende a formação e a associação dos fenômenos. Só se pode explicar um fato social de uma certa complexidade se acompanharmos o seu desenvolvimento integral através de todas as espécies sociais. A sociologia comparada não é um ramo particular da sociologia; é a própria sociologia, na medida em que deixa de ser puramente descritiva e ambiciona explicar os fatos. (RMS, 1978: 156)

Assim como Descartes havia fixado *Regras Para a Direção do Espírito*, como guias para o conhecimento seguro, Durkheim fixou regras para a condução de análises sociológicas. Elas são guias, caminhos que possibilitam-nos dar às análises sociais um cunho objetivo, positivo e fundamentado que as ciências requerem. Por elas, o estudioso investiga as causas dos fatos sociais da mesma forma que as Ciências da Natureza pesquisam, exploram, explicam e encontram os nexos causais dos fenômenos naturais de maneira a trazer à luz as leis de seu funcionamento. Essa ciência social, firmada por Durkheim, pretende seguir o modelo científico natural com um objeto específico de pesquisa. Enquanto Ciência nascente, que não possui forças próprias, a Sociologia deve seguir os passos e apoiar-se naquela que já está solidificada e consagrada. Tão logo possa declarar sua independência, as Ciências Sociais tornar-se-iam vitoriosas e tão elevadas quanto aquelas que lhe serviram de modelo. A Sociologia não se resume a um anexo daquelas utilizadas como paradigma, pois o que lhe interessa é tornar-se independente ao estudar os fatos sociais, tais como são, com força própria e capacidade de engendrar outros fatos, compreendê-los e explicá-los por meio de leis constantes (RMS, 1978: 161).

Nessa reflexão pode-se comparar as iniciativas de Kant e Durkheim, pois, por um lado Kant indagava a possibilidade da Metafísica tornar-se ciência objetiva, por outro, Durkheim, nem sequer faz esse tipo de questionamento ao considerar todos os fatos sociais como coisas dotadas de vida própria, pressupondo tal qualidade neles, afim de tratá-los como objeto empírico que se nos manifesta enquanto fenômeno. Ao contrário de Kant, que os considera metafísicos, universais, puros nomes sem referencial objetivo, o sociólogo concebe-

os como passíveis de observação empírica, classificação e de objetivação real. São essas idéias e regras que darão a Durkheim os meios de analisar o suicídio e empreender a pesquisa sobre as formas elementares que a vida religiosa impõe à vida social e vice-versa. É esse mesmo caminho que nos proporcionará a possibilidade de apresentar e explicitar a presença de modelos e de paradigmas nas análises de Durkheim.

3. O paradigma do corpo para compreensão do suicídio

Recapitulando, Durkheim era consciente dos progressos que as ciências naturais haviam angariado e da ampla especialização em diversos campos do saber científico, a exemplo da Biologia, da Psico-Física, etc, intermediadas pela observação metódica da natureza, da experimentação e da fixação de provas empíricas dos conceitos formulados.

Na compreensão de Durkheim, a Sociologia deveria também conquistar sua independência e especialização com passos acertados, definidos. Para tanto, deveria em um primeiro momento, apoiar-se nas ciências consolidadas. Segundo Giddens, a proposta de Durkheim é realizar uma analogia entre a sociedade e os organismos naturais, comparando “as sociedades mais singelas a organismos simples e as mais complexas a unidades orgânicas, em que as partes do corpo se acham funcionalmente ligadas umas a outras num sistema integrado” (GIDDENS, 1978: 81). Procedimento possível graças ao desempenho da Biologia, que encontrou na natureza seres mais simples ou monocelulares (Cf. FEVR, 1978: 209), e destacado por Durkheim como exemplo a ser seguido para compreender e explicar a evolução dos seres vivos (Cf. FEVR, 1978: 207). O paradigma do corpo adotado pela Sociologia abarcaria não só conceitos sobre o funcionamento do corpo natural e também uma série de teorias acerca do movimento das relações sociais.

Mas como é possível às Ciências Sociais tomarem o paradigma biológico do corpo quando os objetos sociais são abstrações universalizadas, objetos sem realidade corpórea?

Primeiramente isso se dá pela consideração de que os fatos sociais e a sociedade são coisas, portanto, seres particularizados e contingentes. A sociedade, originada da união dos indivíduos, uma vez estabelecida, constitui-se uma unidade *sui generis*, totalmente destituída da forma de seus componentes. É um organismo novo que possui características, qualidades, forças, causas, etc inerentes a si mesmo. Em termos genéticos e biológicos, a sociedade é um ser que possui parte dos cromossomos do pai e parte da mãe, enquanto indivíduos distintos, mas que não é nem o pai, muito menos a mãe. Assevera-nos Durkheim a esse respeito:

Em primeiro lugar implica que tanto as tendências como os pensamentos coletivos sejam de natureza diferente da das tendências e pensamentos individuais, que as primeiras possuam características que estão ausentes das segundas. Ora, pergunta-se, como é isto possível se a sociedade se compõe exclusivamente de indivíduos? Mas sendo assim podemos também dizer que a natureza viva não possui nada que a matéria bruta não possua, pois que a célula é exclusivamente composta de átomos sem vida. Do mesmo modo, é um fato que as únicas forças ativas da sociedade são os indivíduos; simplesmente, ao unirem-se, os indivíduos formam um ser psíquico de uma nova espécie que, por conseguinte, tem a sua própria maneira de pensar e sentir. (SUIC, 1978: 192)

Composto de partes, o organismo social deve ser compreendido em sua inteireza valendo-se de uma morfologia social que possibilite a classificação e a constituição dos tipos sociais que o compõem (RMS, 1978: 111).

Pelas regras, Durkheim considera a sociedade como um organismo, um corpo integral e “independente” dos indivíduos que a compõem, coagindo-os e determinando-os.

Em SUIC, por exemplo, podemos perceber a presença do paradigma do corpo claramente, a partir da perspectiva organicista que considera o suicídio como distúrbio ligado a causas sociais internas e não vinculadas a qualquer tipo de isolamento das relações sociais (Cf. SUIC: 168-169; 174; 177).

Giddens e Zeitlin ao interpretarem *O suicídio*, colocam-se de acordo ao afirmarem que, dentro das analogias organicistas de Durkheim, o estado normal, tanto da sociedade como dos organismos naturais, é atestado pela boa saúde e o bom funcionamento de seus mecanismos, prevalecendo certa regularidade (cf. GIDDENS, 1978: 28; ZEITLIN, 1973: 303-304). A presença do suicídio em seu seio deve significar que algo não está bem no organismo, ou seja, é visto como consequência de distúrbios que afetam o desenvolvimento orgânico, uma irregularidade patológica oriunda de causas internas à própria sociedade e que determinam os indivíduos exteriormente (SUIC, 1978: 191).

Mas, mais que uma simples analogia sociológica entre sociedade e natureza, os dois comentadores, acima referidos, reconhecem que se efetivou uma equivalência da sociedade com a natureza, tornando-a um organismo real com forças estáveis e equilibradas como qualquer outro objeto natural, cujas características devem ser estudadas (Cf. GIDDENS, 1978: 23; ZEITLIN, 1973: 302-303).

A aplicação das regras estabelecidas nos faz compreender as causas do suicídio no organismo social e possibilita-nos classificá-lo como normal ou patológico. Manifesta-se por isso, a sutileza durkheimiana em incorporá-lo na perspectiva social, concebendo-o como coisa estimulada por fatores internos ao organismo social. Nas palavras de Durkheim, esse caminho pode levar-nos a “precisar em que consiste o elemento social do suicídio, isto é, a tendência coletiva a que nos referimos, quais são suas relações com os outros fatos sociais e através de que meios é possível agir sobre ela” (SUIC, 1978: 174-175).

Todavia, mesmo com as explicações dadas por Durkheim e seu apoio nas regras, não nos é possível de imediato o entendimento dos fatos sociais como coisas, o que nos leva a questionar se Durkheim não teria apresentado apenas conjecturas *a priori* sobre o caráter dos fatos sociais como forma de efetivar suas análises sociais. Será mesmo possível considerar os fatos sociais e a sociedade como coisas reais e concretas no sentido empírico? Durkheim não teria se equivocado ao tomar os fenômenos sociais enquanto aquilo que nos aparece, como

as próprias coisas? Não haverá uma diferença entre sua manifestação e sua essência?

Enfim, mesmo que não esteja de todo certo, Durkheim não deixa de realizar uma espécie de coisificação de elementos considerados, até então, como metafísicos - sociedade e Estado - utilizando-se de suas manifestações concretas na moralidade, no direito, na repressão estatal pela polícia e outras mais não enumeradas. O organismo social, uma vez fundado, deve ser estável e funcionar plena e normalmente. Suas estruturas devem ser tais que possam, de forma superior, determinar exteriormente todos os seus membros, influenciando-os, cuja forma concretiza-se e evolui na medida em que promove prerrogativas de comportamento, pela integração e coação. Fatores que dão ao organismo social seu caráter estático e determinante, que fazem-nos acreditar que é uma coisa que exerce força moral sobre os indivíduos, modelando-os conforme sua estrutura. Nesse sentido, as taxas de suicídio dependerão da forma em que o organismo social está estruturado, bem como da maneira como ela promove sua coesão e coerção. Em outras palavras, dentro do princípio de causalidade as taxas de suicídio variarão conforme a estabilidade ou o estado de saúde, a organização e o funcionamento da coisa social e de suas prescrições morais. Acerca desses tópicos esclarece-nos Durkheim: “de todos esses fatos resulta que a taxa social dos suicídios só se possa explicar sociologicamente. É a constituição moral da sociedade que fixa em cada instante o contingente dos mortos voluntários” (SUIC, 1978: 184). Ou ainda:

Os suicidas constituem uma ínfima minoria, dispersa pelos quatro cantos do horizonte; cada um deles leva a cabo o seu ato individualmente sem saber que há outros que, por seu lado, fazem o mesmo; e, no entanto, enquanto a sociedade não muda, o número dos suicidas mantém-se inalterado. (SUIC, 1978: 188)

4. Vida religiosa: o genuíno e “eterno” modelo para a vida social

A posição de Durkheim em valorizar a sociedade e os fatos sociais como coisas dotadas de vida, força, organicidade e os demais traços que apresentamos anteriormente, bem como a idéia de progresso

que evolui dos seres mais simples à composição de organismos sociais mais complexos, levaram-nos a tentar esboçar nesta parte do trabalho algumas considerações acerca da adoção de modelos por parte do sociólogo francês. Sigamos então a linha de pensamento durkheimiano e vejamos o que é possível extrair dela neste aspecto, no entanto, sem estabelecer respostas definitivas.

As sociedades mais complexas são produtos da convergência unificadora de sociedades mais simples, seja pela união matrimonial entre homem e mulher, que geram filhos, ou pela aliança de famílias, clãs, hordas, tribos, etc. Embora o indivíduo seja totalmente determinado pela sociedade, Durkheim não duvida que a existência de um organismo social complexo depende, de qualquer modo, da disposição e vontade das menores partes ou particularidades sociais em unir-se para criar um novo ser dotado de poderes próprios (Cf. RMS, 1978: 138-139). As particularidades são, para ele, o substrato de toda e qualquer sociedade nas mais variadas épocas, muito embora os indivíduos não possam determiná-la a seu bel prazer psicológico, porque “a sociedade não é uma simples soma de indivíduos, pois o sistema formado pela associação destes representa uma realidade específica que tem as suas características próprias” (RMS, 1978: 139).

Tais considerações despertaram o interesse de Durkheim em encontrar e retirar fielmente do totemismo australiano a menor e mais simples unidade religiosa da qual nada se pode tirar ou acrescentar (Cf. FEVR, 1978: 205). Ele via que tal descoberta conduziria à compreensão causal dos fatos sociais da atualidade. O resultado dessa pesquisa apresentada nas *Formas Elementares da Vida Religiosa*, indicam que os preceitos e as expressões religiosas relacionam-se intimamente com a vida social, pois a religião é um produto da coletividade que estabelece atividades, ritos, preceitos morais, tanto para serem exercidos individualmente, quanto coletivamente.

Os procedimentos durkheimianos podem ser resumidos num trabalho de escavação em que se pretende retirar da própria realidade, do próprio solo social as formas mais elementares da vida religiosa e social, valendo-se de instrumentos positivos: observação metódica dos dados sociais, classificação conforme suas semelhanças e diferenças; explicação de causas e efeitos, etc. O modelo a ser encontrado por ele,

não é, por conseguinte, um constructo da razão, porém um decalque da realidade observada, classificada e explicada.

Mas o que Durkheim pretende ao encontrar essas formas elementares da vida religiosa?

Na visão de Giddens, muito simples parece ser a resposta: os elementos mais essenciais da vida religiosa deveriam ser o modelo pelo qual se procuraria compreender e explicar o organismo social complexo da atualidade, que mesmo evoluído e distinto de sua origem, resguarda, estática e estavelmente em sua estrutura, aqueles traços mais comuns às formas primitivas de organização religiosa e social (Cf. GIDDENS, 1978: 76-77). Nota-se neste ponto, a aplicação daquela regra do método segundo o qual, deve-se conhecer, segura e objetivamente, por meio da indução, as formas mais simples de organização religiosa e social, para em seguida estabelecer leis gerais que se apliquem a qualquer caso. Logo deve-se conhecer as formas elementares da vida religiosa e social, enquanto modelo social para compreender como elas desenvolveram e evoluíram até às formas mais complexas da atualidade. Explicita-nos Durkheim: “não podemos chegar a compreender as religiões mais recentes senão seguindo na história a maneira pela qual elas se compuseram progressivamente” (FEVR, 1978: 206). Ou ainda:

Mas, como toda ciência positiva, antes de tudo ela tem por objeto explicar uma realidade atual, próxima de nós e capaz, por conseguinte, de afetar nossas idéias e nossos atos: esta realidade é o homem e, mais especialmente, o homem de hoje, pois não existe outro que estejamos mais interessados em conhecer bem. ... Se nós a tomamos como objeto de nossa investigação, é porque ela nos pareceu mais apta do que qualquer outra para fazer compreender a natureza religiosa do homem, isto é, para nos revelar um aspecto essencial e permanente da humanidade. (FEVR, 1978: 205)

Em função das regras, não seria espantoso o interesse de Durkheim em encontrar uma exemplaridade que fosse causa de formas mais evoluídas e universais de relações sociais. Esse modelo, uma vez

alcançado, possibilitaria o melhor entendimento da constituição social, dos seus tipos, causas e efeitos, já que o mais simples é mais fácil de ser conhecido e explicado (FEVR, 1978: 209). Deve-se, dessa maneira, reduzir ao máximo ou dissecar o objeto de pesquisa para conhecer bem sua menor unidade e em seguida reconstituí-lo em sua complexidade atual pelo nexos causal de forma metódica.

As expressões religiosas do totemismo australiano são formas elementares, germe que se fecunda e torna-se complexo. Por essas mínimas expressões, todas as outras representações sociais seriam possíveis. Como os fatos sociais devem possuir, segundo as regras, causas diretas de outros fenômenos sociais, Durkheim assevera que a vida religiosa contém aqueles elementos que causam efetivamente outros fenômenos sociais, formam o homem, determinam suas representações. A religião é, pois, o modelo mais simples daquilo que qualquer sociedade deve conter.

Na visão de Zeitlin, a religião torna-se a célula propulsora da sociedade na medida em que congrega os homens para a prática religiosa. Isto é, pelo exercício da religião realiza-se a sociabilidade, reúnem-se os indivíduos em cultos, ritos determinados que levam os mesmos a instituírem: disciplina, obrigações, regras, enfim, formam uma educação, uma moral (Cf. ZEITLIN, 1973: 312-313). Já na religião, pode-se perceber o papel coercitivo da vida coletiva, que determina as maneiras de comportar, o certo e o errado, o sagrado e o profano, espiritual e corpóreo. Nas palavras de Durkheim: “se a religião engendrou tudo o que há de essencial na sociedade, é porque a idéia da sociedade é a alma da religião” (FEVR, 1978: 224).

A sociedade criada pela ligação e mediação religiosa inspira-se naquelas formas primitivas que a segunda propiciou e nos leva a compreender que vida religiosa torna-se, por seqüência, a causa imediata da vida social mantendo seus traços mais elementares nas formas mais evoluídas e complexas de organização social. A moralidade como forma de coerção, entre outros fatores, acreditamos que ela é puramente social. Esses fatores juntos são apresentados por Durkheim como causados por forças já presentes na vida religiosa mais primitiva.

A vida religiosa é o modelo exemplar da qual a vida social origina-se e desenvolve-se. Todavia, a evolução e a complexidade do

organismo social depende inteiramente da manutenção coesa e coercitiva daqueles traços essenciais que ela lhe emprestou.

Em outras palavras, o organismo social complexo existe em razão de uma causa específica, a saber, de formas elementares que a vida religiosa estabeleceu em sociedades simples que evoluíram, mantendo-as conservadas.

Por essas razões, ao falar em modelo, na Sociologia de Durkheim, tratamos daquela forma mais simples de organização social, retirada de um caso apenas, que possibilita ao sociólogo analisar todas as outras formas de vida religiosa e social. O totemismo é a expressão religiosa exemplar, o modelo das formalizações sociais que favoreceram a efetivação do salto qualitativo do simples ao complexo. De acordo com Durkheim: "Portanto, temos fundamentos para esperar que os resultados aos quais chegamos não são particulares apenas ao totemismo, mas podem auxiliar-nos a compreender o que é a religião em geral" (FERV, 1978: 221), ou ainda: "Compreende-se assim que o que foi feito em nome da religião não poderia ter sido feito em vão: pois foi necessariamente a sociedade dos homens, a humanidade que recolheu seus frutos" (FEVR, 1978: 224).

Na mesma medida em que a visão de Durkheim indica a manutenção nos organismos sociais daquelas formas elementares que a vida religiosa propiciou, ela também evoca que as mesmas evoluem, transformam-se noutras conforme a complexidade da vida social. Muito embora não pareça progredir e transformar-se, esse modelo de vida religiosa não é um padrão estático, cristalizado, isto é, o modelo jamais será entendido como um exemplar a ser reproduzido durante toda vida social. Poderia se falar em modelo na Sociologia de Durkheim, considerando-o a causa motora dos fatos sociais, a existência de um germe, um ser unicelular dotado de uma regularidade e simplicidade da qual se pode retirar e compreender suas propriedades com maior facilidade. Propriedades estas que, de um modo ou de outro, continuam presentes nos organismos pluricelulares causando e fomentando caracteres secundários (Cf. FEVR, 1978: 208).

Enfim, as formas elementares da vida religiosa podem ser definidas como o modelo da vida social que possibilita identificar, comparativamente com as sociedades compostas, aquilo que lhes são

naturais, elementar em todas as épocas. Isto é, possibilita a melhor compreensão e explicação do que é normal ou patológico no organismo social, verificando suas causas, efeitos e seu ponto inicial. Concluindo, reproduzamos o que nos diz Durkheim:

Portanto, todas as vezes que se empreende explicar uma coisa humana, tomada em um momento determinado do tempo – quer se trate de uma crença religiosa, de uma regra moral, quer de um preceito jurídico, de uma técnica estética, de um regime econômico – , é preciso começar por retroceder até a sua forma mais primitiva e mais simples, procurar dar conta dos caracteres pelos quais ela se define neste período de sua existência, depois mostrar como ela se desenvolveu e se complicou pouco a pouco, como ela se tornou o que é no momento considerado. Ora, concebe-se facilmente de que importância é para esta série de explicações progressivas a determinação do ponto de partida ao qual estão subordinadas. (FEVR, 1978: 207)

Considerações finais

Ao longo destas páginas procuramos apresentar as maneiras pelas quais se deram, ao nosso ver, algumas tentativas de objetivação científica da metafísica e dos objetos sociais. Compreendemos que, tanto para Kant como para Durkheim, as Ciências da Natureza forneceram os princípios, métodos, procedimentos que deveriam ser seguidos rigorosamente para que outros campos do saber pudessem constituir-se em “ciências objetivas”.

Por esse ideal científico, procuramos demonstrar que, quanto ao paradigma do corpo e aos modelos, há em Durkheim a valorização da descoberta dos seres monocelulares pela Biologia. Haveria para Durkheim, então, uma estreita relação entre a busca de seres simples pela Biologia e a pesquisa da menor e mais simples unidade social. Do mesmo modo que na Biologia os seres unicelulares possibilitaram a compreensão de como são formados os seres pluricelulares, na pesquisa das formas elementares ou simples na religião buscou-se o

entendimento dos organismos sociais, suas causas e seu desenvolvimento. A vida religiosa primitiva com suas regras morais, suas formas de manutenção dos laços, cultos, serviriam de parâmetro para se estabelecer a investigação da normalidade da vida social, já que a religião tem cunho essencialmente social ao congregar os indivíduos. A partir das formas mais simples de organização social, é possível constituir seres sociais complexos, possuidores de uma dinâmica, cujo funcionamento é totalmente distinto da sociedade primitiva. Por essa via postulamos a possibilidade de Durkheim ter tomado a sociedade atual como um organismo, um corpo, uma coisa viva formada de partes comandadas pelo cérebro que é o próprio Estado, de maneira que Ele pode ser compreendido, se for esmiuçado, dissecado pela medicina sociológica.

Entretanto, dentre as várias iniciativas de Durkheim, são muito questionadas e condenadas pela sua postulação inicial expressa nas *Regras* de considerar os fatos sociais como coisas vivas. De fato as características essenciais de uma coisa são distintas de qualquer fato, seja ele social ou não. Granger, dentre outros, considera as coisas ou objetos naturais dotados de uma regularidade, de uma certa independência das influências subjetivas do homem, ao passo que os fatos sociais são feitos, produtos das ações e influências humanas que dão a elas caráter de instabilidade, carregados de significados que não podem ser objetivados (Cf. GRANGER, 1994: 85-86).

Não pretendemos dar aqui respostas para as questões acima. Pelo contrário, ousamos estabelecer algumas reflexões sobre a Sociologia positivista de Durkheim, verificando como suas regras são aplicadas em alguns casos e a possibilidade de encontrar a adoção de paradigmas e de modelos na mesma. Mais do que estabelecer respostas, nossa intenção foi de problematizar as ciências humanas.

Deste estudo, podemos ter pelo menos a certeza de que as ciências naturais são o paradigma empregado como um dever, algo a ser imitado para a constituição de uma epistemologia sociológica. Entretanto, pudemos perceber nessa abordagem o quanto Durkheim é tributário da filosofia nesse aspecto.

Destacamos dois fatores que nos levam a essa conclusão final:

A) Mesmo quando Durkheim pretende estabelecer regras para consolidar uma ciência positiva e independente da filosofia, declara

ser um devedor dela, pois suas regras parecem em muito uma retomada daquelas estabelecidas pela Metafísica de Descartes no sentido de dirigir o espírito para um conhecimento indubitável e seguro. Da mesma forma, percebemos a importância que Durkheim lhes imputa como via a adquirir um saber científico certo e fundamentado, em especial à necessidade de dividir o objeto de pesquisa em quantas partes for possível, até encontrar as mais simples que possam servir de sustentação para as outras.

B) Acentuamos também um certo reencontro com o criticismo kantiano por parte de Durkheim, ao se trazer à tona a questão suscitada por Kant acerca da possibilidade da Metafísica constituir-se como ciência. Insistimos neste trabalho que os objetos sociológicos são metafísicos e desprovidos de substancialidade empírica, dificultando sua objetivação científica. Estabelecida essa barreira, a Sociologia durkheimiana só é possível na medida em que rompe com o envoltório kantiano, desconsiderando-o como metafísico e postulando sua essência de coisa. Consequentemente, pode-se, então, pensar numa solução durkheimiana para o problema suscitado por Kant.

Referências bibliográficas

DESCARTES, R. *Discurso do Método*; trad. J. Guinsburg e Bento Prado. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção "Os Pensadores").

DURKHEIM, É. *As Regras do Método Sociológico*; trad. Margarida Garrido Esteves [et al.]. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção "Os Pensadores").

_____. *O Suicídio*; trad. Margarida Garrido.[et al.]. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 A. (Coleção "Os Pensadores").

_____. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*; trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura.[et al.]. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 B. (Coleção "Os Pensadores").

GIDDENS, A. *As Idéias de Durkheim*; trad. Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Ed. Cultrix, 1978.

GRANGER, G. G. "Ciências da Natureza e Ciências do Homem". In: _____. *A Ciência e as Ciências*. São Paulo: Edusp, 1994.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*; trad. Valério Rohden e Udo Moosburger. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção "Os Pensadores").

ZEITLIN, I. M.. *Ideología y Teoría Sociológica*. 2. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1973.